

Governo voltado para exportação não altera feição do Estado

De São Luís

Delegação de funções, diminuição do Estado e a manutenção de uma estratégia de crescimento voltada para grandes projetos exportadores são marcas dos sete anos do governo Roseana no Maranhão, que se encerram no dia 19 de março, quando ela renuncia para disputar a Presidência ou o Senado. A governadora é a primeira a admitir que o saldo de sua gestão não é revolucionário. "Não existe milagre maranhense", diz.

No plano econômico, o saldo foi positivo, mas discreto: o PIB maranhense cresceu apenas 14% entre 1996 e 1999, enquanto o PIB do Nordeste evoluiu 23% no mesmo período, segundo o IBGE. De acordo com o governo estadual, o resultado é explicável pela dependência do setor rural e pelas más safras dos últimos anos. Os indicadores mostram um avanço que não chegou a alterar a feição do Estado: entre 1997 e 1999, de acordo com o Ministério da Saúde, a taxa de pobreza, que mede a quantidade

de da população abaixo da linha da miséria, passou de 64,2% para 59,6%. Uma queda de 7,16%, praticamente o dobro da média nordestina, mas insuficiente para tirar do Estado a condição de recordista nacional em miseráveis.

Os dados da autarquia referem-se só ao primeiro governo, em que Roseana, eleita com vantagem de apenas 0,8% sobre seu adversário, Epitácio Cafeteira (PPB), fez intervenções pouco radicais. As principais inovações feitas por ela foram a partir do seu segundo governo, quando derrotou o mesmo rival obtendo 66% dos votos. A reforma administrativa que realizou, trocando secretarias por gerências, deixou visível o seu estilo de traçar linhas gerais de comando e cobrar resultados, mas se ausentar do dia-a-dia do governo estadual.

Nas articulações nacionais, Roseana conta com a presença do pai, o ex-presidente e senador José Sarney (PMDB-AP). No trabalho com o Congresso, seus escudeiros são o senador João Alberto e o deputado Gastão Vieira, ambos do PMDB, e o

vice-governador José Reinaldo Tavares (PTL). Na máquina do governo impera o marido, o gerente de Planejamento, Jorge Murad.

Tanto aliados como adversários confirmam que não são todos os gerentes que despacham regularmente com ela. "Quem quer resolver algum problema no Maranhão que envolva a parte administrativa tem que falar com ele", comenta um opositorista, o deputado José Antônio (PSB-MA). Este grau de ingerência é negado pelo próprio Murad e matizado por aliados de Roseana. Segundo o relato de um deles, a cobrança costuma ser feita pela governadora em pessoa e de modo ríspido.

Com Murad na gerência, Roseana extinguiu autarquias de pesquisa no Estado, substituindo-as onde foi possível por convênios com entidades como a USP, a Fundação Getúlio Vargas e o Ipea. "Não tenho nenhum receio de copiar o que deu certo", afirma a governadora em relação a uma das características de seu governo: a importação de capital intelectual, para o

desgosto dos pesquisadores locais. "Este ato de virar as costas para o Estado e se voltar para o que vem de fora é uma marca dela", ataca a chefe do Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Maranhão, Maristela Andrade. Na administração estadual, não houve nota dissonante em relação à ortodoxia federal. Dos 2,2 mil funcionários que trabalham no Banco do Estado do Maranhão (BEM), restaram 500 antes de o BEM ser federalizado, em julho do ano passado. Obter superávit nas contas primárias passou a ser uma meta. E a sobra, destinada a investimentos em projetos que reforçam a vocação exportadora.

O gerente adjunto de Planejamento Arnaldo Lopes Silveira cita um exemplo: a recuperação da rodovia federal que corta o sul do Estado, permitindo a ligação dos polos produtores de grãos da região de Balsas com as ferrovias que levam ao porto de Itaqui. Não houve a ênfase na captação de indústrias através de incentivos fiscais, que deram um pólo calçadista ao Cea-

rá e um têxtil à Paraíba. O foco é criar uma rede de fornecedores para grandes exportadores.

Para se observar os limites da estratégia, em certos casos, basta atravessar uma rua. No bairro do rio dos Cachorros, na periferia de São Luís, uma pequena favela de 170 casas de taipa e alvenaria ergue-se em frente ao fracassado projeto da Usimar, uma siderúrgica cuja construção, financiada com recursos da Sudam, foi interrompida, e em relação a qual o Ministério Público ajuizou uma ação civil contra Roseana, Murad, e outras 40 autoridades. Lá mora Veremundo Quirino dos Santos, mulher e oito filhos: Jessica, Robson, Rubiana, Rubenilson, Rubenilda, Rubenjohn, Rubervânia e Frederick. A penúltima, com dois anos, internada com verminose e desidratação. Só Veremundo trabalha, sem carteira assinada, e ganha R\$ 100 por mês em uma pedreira. Está feliz com o fim da Usimar: se a siderúrgica vingasse, a favela seria deslocada para outro lugar.

A falta de renda da população é

um problema admitido no governo, mas colocado em um plano relativo. "O IBGE leva este fator muito em conta. Temos 48% da nossa população no campo e sem atividade econômica. Esta população mantém a sua qualidade de vida, pescando ou recorrendo ao extrativismo vegetal", diz Silveira. É o caso de Claro Ferreira da Costa, 71 anos, morador no saco das Almas, no Baixo Parnaíba. Ele teve o sobrinho assassinado em janeiro de 1969 a mando de pistoleiros, que expulsaram várias famílias de uma ocupação. A área foi desapropriada quando José Sarney era governador, mas a regularização dos lotes prossegue até hoje. Claro mora em uma área de 22 hectares repartida com seus onze filhos. Tira duas sacas de milho por hectare a cada safra. A média nacional são 50 sacas. Para sobreviver, tem um salário mínimo do Funrural e manda a mulher quebrar coco babaçu no mato. São R\$ 0,30 o quilo, e três quilos por dia são quebrados. Faturamento diário: R\$ 0,90. (CF, colaborou Pio Figueiroa)